

[Download PDF](#)



**Agência iNFRA
iNFRAEnergia**

Brasília, 23 de janeiro de 2025

edição 1.717

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Curtailment](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

STJ ATENDE ANEEL E SUSPENDE LIMINAR QUE OBRIGAVA COMPENSAÇÃO POR CORTES DE GERAÇÃO EÓLICA E SOLAR

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro Herman Benjamin, [acatou](#) nesta quarta-feira (22) o pedido da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) de suspensão da liminar proferida pelo TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) que determinava o ressarcimento integral a geradores eólicos e solares por cortes de geração causados por restrição de operação, o chamado curtailment ou constrained-off.

A liminar tinha sido concedida em dezembro de 2024, após o TRF-1 acatar parcialmente um agravo interposto pela Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica). A decisão estabelecia que os custos do ressarcimento seriam bancados através dos ESS (Encargos de Serviços do Sistema).

Ao analisar o pedido da ANEEL para suspensão de liminar, o presidente do STJ entendeu que os eventuais prejuízos financeiros dos geradores, até que seja julgado o mérito do tema, poderão ser

objeto de uma repactuação com o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Portanto, os possíveis impactos financeiros para as geradoras não justificariam a necessidade de uma liminar.

Herman Benjamin afirmou ainda que além da lesão à ordem pública, a documentação apresentada pela ANEEL mostra risco de prejuízos para a economia pública, não se justificando a transferência imediata de "encargo bilionário para os consumidores (cativos e livres) de energia elétrica, sem exame mais aprofundado a respeito da tese relativa aos riscos inerentes à atividade empresarial".

O presidente da Corte ressaltou ainda entendimento já firmado em ocasiões anteriores no STJ de que "a interferência do Poder Judiciário em regras de elevada especificidade técnica do setor elétrico por meio de liminar configura grave lesão à ordem pública", sendo necessário aguardar o julgamento do mérito em que todas as questões técnicas serão debruçadas com maior detalhamento do que em uma análise de liminar.

Encargos aos consumidores

Uma simulação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentada à corte pela ANEEL mostra que um eventual ressarcimento integral aos geradores eólicos e fotovoltaicos pelos cortes ocorridos entre outubro de 2021 e novembro de 2024 e entre abril e novembro 2024, respectivamente, levaria a um pagamento adicional de ESS de R\$ 1,1 bilhão. Isso representa um aumento de 336% no encargo pago pelos consumidores.

"A ANEEL reitera que se trata de simulação retroativa, e reconhece que as decisões do Tribunal a quo consignaram que a eficácia é ex nunc, mas usa o exemplo para demonstrar como, em curto espaço de tempo, os encargos redirecionados diretamente para os consumidores cativos e livres se mostra elevado", afirma a reguladora no pedido.

Ressarcimento

As associações dos segmentos defendem que os empreendimentos sejam ressarcidos integralmente por todos os cortes obrigatórios determinados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Elas entendem que o custo da segurança do sistema deveria recair sobre os consumidores e não sobre os agentes.

A presidente da Abeeólica, Elbia Gannoum, disse à **Agência iNFRA** que a "briga na Justiça" refere-se ao escopo do curtailment, uma vez que a ANEEL fez uma classificação dos tipos de cortes e elencou em quais circunstâncias caberia ou não compensação aos agentes.

Por outro lado, o diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, [declarou à imprensa](#) que os agentes é que deveriam cumprir as normas sobre requisitos para a implantação de usinas, o que poderia reduzir os cortes.

I | DIÁRIO OFICIAL

Paten - O presidente da República, [com vetos](#), a Lei 15.103 que institui o Paten (Programa de Aceleração da Transição Energética). O Poder Executivo indicará por meio de decreto complementar os órgãos responsáveis pela regulamentação, supervisão e execução do programa.

Transição energética - O MME (Ministério de Minas e Energia) para consulta pública, pelo prazo de 45 dias, a minuta de portaria que regulamenta os critérios e condições complementares ao Decreto 11.964/2024 (estabelece critérios para emissão de debêntures de infraestrutura), para o enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários.

Prorrogada - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), até 12 de março, o prazo para envio de contribuições à Tomada de Subsídios 8/2024, voltada à regulamentação do Decreto 11.314/2022 (licitação e prorrogação das concessões do serviço de transmissão de energia em final de vigência).

Operação em teste - da ANEEL autoriza o início da operação em teste das unidades geradoras UG11 a UG15 da usina EOL Ventos de Santo Antônio 06, nos municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova, na Bahia.

Operação em teste 2 - da ANEEL autoriza o início da operação em teste das unidades geradoras UG1, UG2, UG4 a UG7 da usina EOL Itaúna III, localizada em Pedra Preta (RN).

Transferência societária - da ANEEL anuiu pedido de transferência do controle societário direto da Santa Helena Energia, atualmente detido pela RBO Energia S.A., para a Innovare Comercializadora de Energia Ltda. O prazo para implementação da operação é de até 120 dias.

Reidi - da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME aprova o enquadramento no Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) do projeto de minigeração distribuída de energia elétrica de titularidade da empresa Maynard Energética Ltda.

i | AGENDA

Lula - O presidente da República conversa, às 10h, com o chefe de seu Gabinete Pessoal, Marco Aurélio Marcola, e com o chefe do Gabinete Adjunto de Agenda, Oswaldo Malatesta. Às 15h, reúne-se com os ministros da Casa Civil, Rui Costa; da Fazenda, Fernando Haddad; da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira; e o secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia está na Suíça para participar do Fórum Econômico Mundial, que acontece até sexta-feira (24). Às 12h30, ele participa de sessão privada para discussões sobre o G20 e a transição energética justa da África.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda conversa, às 11h, com o presidente da COP30, embaixador André Aranha Corrêa do Lago. Às 15h, participa de reunião com o presidente da República, Lula, e ministros do governo.

Reunião ANP - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza reunião de diretoria, às 14h. Acesse a íntegra da pauta [neste link](#).

i | MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.

i | FIQUE DE OLHO

Fórum econômico mundial - Nesta quarta-feira (22), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou do Fórum Econômico Mundial, na Suíça, representando o Brasil nas discussões sobre transição energética global. Na ocasião, ele destacou o preparo do país para atrair investimentos, impulsionado por marcos legais como as leis do Hidrogênio, Eólicas Offshore e Combustível do Futuro. Acesse mais informações [neste link](#).

Combustível do futuro - No painel sobre biocombustíveis, durante o Fórum Econômico Mundial, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apresentou os avanços da Lei do Combustível do Futuro. Em 2024, ano em que foi aprovada, 42,44 milhões de CBIOS (créditos de carbono) evitaram emissões equivalentes, gerando R\$ 3,9 bilhões em valor financeiro. Saiba mais [neste link](#).

Economia verde - O secretário de Transição Energética do MME (Ministério de Minas e Energia), Thiago Barral, apresentou no Fórum Econômico Mundial o potencial do Brasil em inovação energética sustentável. Na ocasião, ele destacou ações para eficiência, redução de emissões de carbono, e o crescimento econômico aliado à sustentabilidade, também conhecido como economia verde. Mais informações [neste link](#).

Sanção do Paten - A cerimônia de sanção da lei que cria o [Paten](#) (Programa de Aceleração da Transição Energética), iniciativa coordenada pelo MME, foi realizada nesta quarta-feira (22). O evento ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e de outras autoridades. Mais informações [neste link](#).

Energia fotovoltaica - O SIN (Sistema Interligado Nacional) atingiu, na última terça-feira (21), [produção diária](#) de 12.576 MWmed (megawatts-médios) de geração solar, o que representa crescimento de 5,3% em relação ao volume anterior, e geração instantânea de 36.364 MW, atendendo 37,4% da demanda. No Sudeste/Centro-Oeste, a geração diária alcançou 6.621 MWmed, cobrindo 13% da demanda regional.

Funções de transmissão - O ONS (Operador Nacional dos Sistema Elétrico) divulgou a média móvel 2020-2024 das Funções de Transmissão, indicador para calcular os ESS (Encargos de Serviços do Sistema) em 2025. A disponibilidade média foi de 99,05%, com 0,95% de indisponibilidade, equivalente a 83 horas anuais para usinas eólicas e 41,5 horas para fotovoltaicas. Confira a íntegra dos dados [neste link](#).

Financiamento à CPFL Energia - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou R\$ 800 milhões para financiar a digitalização das medições de três distribuidoras da [CPFL Energia](#). O projeto prevê a instalação de medidores inteligentes entre 2025 e 2029, com custo total estimado em R\$ 1,2 bilhão, parte do plano de modernização das áreas de concessão. Saiba mais [neste link](#).

Consumo da Energisa - O consumo de energia elétrica nas áreas de concessão do Grupo Energisa atingiu 3,587 GWh (gigawatts-hora), com um crescimento de 0,1% em relação a dezembro do ano anterior. O aumento foi impulsionado pelas classes residencial e industrial. A íntegra do relatório está [neste link](#).

Ratings da Comerc Energia - A Vibra Energia [informou](#), nesta quarta-feira (22), que a agência de classificação de risco Moody's elevou os ratings de emissões de debêntures da Comerc Energia e suas subsidiárias Hélio Valgas e Mori Energia para AAA.br.

Fiscalização - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) recebeu do MPSE (Ministério Público do Estado de Sergipe) um espectrofotômetro, equipamento que permite a identificação, em campo, de metanol em combustíveis e o percentual de biodiesel no diesel. O equipamento visa agilizar a fiscalização. Mais informações [neste link](#).

Produção no Campo de Tupi - A Petrobras anunciou a prorrogação, por mais cinco anos, dos contratos de afretamento e serviços do FPSO Cidade de Angra dos Reis, no campo de Tupi. O acordo com Tupi Pilot MV 22 B.V. e Modec Serviços estende o prazo até 2030. Mais informações [neste link](#).



ANEEL derruba liminar no STJ contra corte de geração eólica e solar

Ação judicial foi movida por donos de usinas dos dois segmentos, que reclamam da perda de receita e cobram ressarcimento da ordem de R\$ 1 bilhão. (Valor)

Unidades fornecerão energia renovável para produção de aço da Gerdau no Brasil. (Folha de S. Paulo)

Usina Angra 1 fará parada prolongada para modernização a partir de abril, diz Eletronuclear

As mudanças visam atender pré-requisitos e condicionantes da nova licença de operação, que permite mais 20 anos de funcionamento da usina e foi concedida à Eletronuclear no ano passado. (Folha de S. Paulo)

Financiamento abrange instalação de novos equipamentos em três concessionárias do grupo que atuam em SP. (Folha de S. Paulo)

Brasil pode ser um importante polo de produção no mundo, mas setor reclama de dificuldades em obter as licenças necessárias. (Valor)

Companhia renegociou cerca de R\$ 5,8 bilhões em dívidas, incluindo passivos fora da recuperação extrajudicial. (Valor)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos do serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

